

A funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista

GISELY VIEIRA BATISTA

Faculdade de Serviço Social
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

O presente estudo aborda a intrínseca relação entre *Capital, Trabalho e Estado*, atentando para o fato de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, e o Estado é um mecanismo de controle e repressão sobre o trabalho, a serviço do capital. Nesse sentido, faremos uma análise dessas categorias sem desarticulá-las, pois adotamos a perspectiva da totalidade social para compreender a funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista. Para o referido estudo, foi utilizado o método da pesquisa bibliográfica, baseado nos autores que tratam da temática numa perspectiva crítico-dialética.

PALAVRAS-CHAVES

Capital, Trabalho, Estado, Ser Social, Totalidade Social.

ABSTRACT

The present study focuses on the intrinsic relationship between Capital, Labour and State, noting the fact that the work is the foundational category of social being, and the state is a mechanism of control and repression on labor in the service of capital. Accordingly, we will analyze these categories without dismantles them, because we adopt the perspective of the social totality to understand the functionality of the bourgeois state in the reproduction of capitalist society. For this study was utilized

the method of literature, based on the authors who treat the theme in a critical-dialectical perspective.

KEYWORDS

Capital, Labor, State, Being Social, Social Totality.

INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela temática *Capital, Trabalho e Estado* surgiu das discussões realizadas na disciplina *Trabalho na Sociedade Contemporânea*, sob orientação do Professor Dr. Sérgio Lessa, no Mestrado em Serviço Social, ofertado pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social, na Universidade Federal de Alagoas. O objetivo do trabalho é compreender a função do Estado no capitalismo, considerando o fato da funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista. Para tal, escolhemos como raiz teórica, a crítica ontológica do Estado e do capital em Marx e Mészáros. Para subsidiarmos tal discussão, recorreremos a alguns estudiosos de ambos os autores, que serão citados ao longo do texto. Inicialmente, faremos um resgate do estudo de Lessa sobre o trabalho, considerando-o o fundamento ontológico da vida dos homens, por garantir o seu ser social e manter a reprodução social. A partir do trabalho, produzem-se os meios de produção e de subsistência, assim como se transforma o homem, produzindo “novas possibilidades e necessidades históricas” (Lessa 2007: 142). O trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. Vale a pena salientar que, para Marx, nem toda atividade humana é trabalho, mas somente a que transforma a natureza. Sendo assim, por meio do trabalho, os homens não só constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. Daí, aquele confirmasse que não há indivíduos sem sociedade. Neste sentido, veremos que a transformação da natureza e do indivíduo, provocada pelo trabalho, possibilita a “construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório)” (Lessa 2007: 145). Assim, é com o desenvolvimento humano, através das relações humanas, que se dá a reprodução e a formação sociais. Contudo, embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não se resume àquele. Com a complexificação da realidade social, surgem novas necessidades e novos problemas, que não poderiam ser enfrentados no âmbito do próprio trabalho. É a partir daí que surgem novas dimensões sociais, tais como o direito, a política, a arte, a ciência, a religião, a educação, etc. Cada qual assume uma natureza e funções específicas para resolução dessas novas questões. Realçamos que nosso objeto de investigação, o Estado, tem uma dependência ontológica e uma autonomia relativa face à matriz fundante que é o trabalho. Deste modo, o ser social, vai se constituindo como um “complexo de complexos”, ou seja, um conjunto articulado de categorias,

em processo, tendo sempre como matriz fundante o trabalho. Daí, confirma-se que a categoria da totalidade é absolutamente central no pensamento marxiano. Mesmo quando se constata a intensa fragmentação da realidade social como no caso da sociabilidade capitalista, ainda assim, para além das aparências, há uma lógica que a rege e a raiz dela só pode ser encontrada no trabalho. Em tal enquadramento, no segundo ponto do texto, apresentaremos a compreensão do Estado Moderno, na visão de István Mészáros, de garante da expansão e extração do trabalho excedente. O nosso intuito é perceber como o Estado mantém e reproduz a exploração de uma classe sobre a outra. Evidenciaremos que, para Mészáros, o capital escapa ao controle de qualquer indivíduo ou instituição, mesmo ao Estado. Assim sendo, o capital é uma relação social que pode ser criada ou destruída, mas jamais controlada. Em tais pressupostos, no terceiro momento abordaremos os aspectos da intervenção do Estado no sistema metabólico do capital. Com base em Mészáros, faremos um resgate da indissociável relação entre o poder econômico e o poder político no sistema do capital, enfatizando, dessa forma, a necessidade de o Estado modificar sua forma de intervenção a fim de se adaptar às mudanças processadas na base material do sistema capitalista. Seguindo essa linha de raciocínio, no ponto seguinte, veremos que a apesar da intervenção do Estado estar diretamente ligada ao modelo de produção do sistema vigente, seu caráter e sua essência não mudam. Demonstraremos que na passagem do modelo fordista/ taylorista ao modelo toyotista houve modificações das atribuições do poder estatal, sem, contudo, alterar a natureza do Estado burguês, na proteção da propriedade privada, e a manutenção e reprodução do trabalho pelo capital, enfim, na defesa dos interesses da classe dominante, a burguesia. Assim sendo, encerraremos nossa discussão com base nos estudos de Ralph Miliband (1972) sobre a natureza de classe do Estado capitalista e a intrínseca relação do mesmo com a burguesia. Nesse sentido, discutiremos a necessidade do fim do Estado já que ao longo da exposição tentamos enfatizar que os interesses do trabalho são radicalmente opostos aos do capital. Veremos que, eliminando este sistema contraditório e desigual, acarretaria o fim do Estado. A construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humanitária não precisaria desse mecanismo de controle e repressão.

O TRABALHO É A CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

Entendemos que é a partir do trabalho que se desenvolvem todas as relações entre os homens e assumimos a concepção marxiana do trabalho como categoria fundante do ser social. Para Lessa é fundante porque, “Além de ser a protoforma de todos os atos humanos (a articulação entre teleologia e causalidade), também, atende à necessidade fundante de qualquer sociabilidade: a reprodução dos meios de produção e de subsistência a partir da natureza” (2007: 142). Para adentrarmos no assunto que pretendemos abordar, a funcionalidade do Estado na intensificação da exploração do trabalho pelo capital, sentimos a necessidade de esclarecer que o trabalho, na

concepção marxiana, é a “condição eterna da vida humana,” uma vez que somente ele possibilita a passagem do ser natural ao ser social, e porque ele sempre será a base a partir da qual se constrói a realidade social (Lessa 2007: cap. IV). É mediante o trabalho que os homens não só constroem materialmente a sociedade em que vivem como também se constroem enquanto indivíduos. O trabalho possibilita ao homem afastar as barreiras naturais, se distinguindo dos processos naturais em que estão regidos pelas leis naturais, e cria, então, um processo histórico. Dessa forma, a partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais. Torna-se imprescindível destacar que a transformação da natureza, feita pelos homens, é um processo muito diferente dos animais, porque a ação e o seu resultado são projetados na consciência antes de serem construídos na prática. Portanto, é essa capacidade que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza. O que percebemos, então, é a importância do trabalho enquanto ato histórico para apreendermos a história do homem e a construção de suas relações sociais. Por isso, convém-nos agora recorrer a Marx, em sua obra prima, *O Capital*, para compreendermos o que é o trabalho em seu sentido ontológico e a sua importância para a transformação do mundo dos homens.

A partir dos estudos de *O Capital*, percebemos que, para o seu autor, “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza”, no qual, o indivíduo, pela força de “sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. De início, sua própria “corporalidade” (“braços e pernas, cabeça e mão”) é tomada como “uma força natural”, que ele “põe em movimento” na intenção de “apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”. Agindo “sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la”, os indivíduos modificam também, “ao mesmo tempo, sua própria natureza”, desenvolvendo, sujeitando e dominando “as potências nela adormecidas” (Marx 1985: 149). Ao atuarem sobre a natureza para transformá-la, os indivíduos realizam operações impossíveis aos animais. Segundo Marx, “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (Marx 1985: 149). A subjetividade ganha papel fundamental no processo de trabalho através da “prévia ideação” (Lessa 2007: 142), pois “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente”. O processo de trabalho nos remete à relação entre prévia-ideação e objetivação. O movimento de converter em objeto uma prévia-ideação é denominado por Marx de objetivação. Assim, o resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade, quanto o indivíduo já não são mais os mesmos. Em outras palavras, para Marx, ao construir o mundo objetivado, o indivíduo também se constrói. Ao transformarem a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades. A partir daí, entende-se que a objetivação não significa

o desaparecimento da natureza, mas a sua transformação no sentido desejado pelos homens. Em síntese, toda objetivação origina novas situações e, por isso, a história jamais se repete. É importante salientar que, no capitalismo, as necessidades que impulsionam as prévias-ideações não são mais necessidades humanas, mas necessidades que brotam da dinâmica reprodutiva do capital. Em outras palavras, o capital predomina sobre as necessidades verdadeiramente humanas, fazendo com que a reprodução social dos indivíduos e da totalidade social esteja a serviço dos interesses particulares da burguesia. Desta forma, podemos afirmar que o trabalho é “a categoria fundante do mundo dos homens”, pois é “a categoria que faz a mediação” dos indivíduos “com a natureza” e “também a forma da articulação entre teleologia e causalidade característica do ser social”. A causalidade é o princípio do automovimento (Lessa 2007).

Como elemento fundante do “mundo dos homens”, “os elementos simples do processo de trabalho são”, segundo Marx, “a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (Lessa 2007: 142-43). O trabalho é o fundamento ontológico da vida dos homens, ou seja, funda o ser social e mantém a reprodução social. A partir do trabalho, produzem-se os meios de produção e de subsistência, assim como se transforma o homem produzindo “novas possibilidades e necessidades históricas”. A transformação da natureza e do indivíduo provocada pelo trabalho possibilita a “construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório)” (Lessa 2007: 145). Assim, é com o desenvolvimento humano, através das relações humanas, que se dá a reprodução da formação social.

O trabalho constitui “o pilar material fundamental de suporte do capital”. A partir das análises de Mészáros, em especial, das leituras e interpretações de seus estudiosos, tais como, Paniago (2012) e Andrade (2012), confirmaremos que não é o Estado que sustenta o capital, mas o trabalho. O Estado tem por função assegurar as condições da extração do trabalho excedente e comparecer com o poder coesivo necessário ao funcionamento do sistema e de suas unidades reprodutivas diretas. *Capital, Trabalho e Estado*, em suas diferentes interconexões, são materialmente constituídos e interligados e não simplesmente em uma base legal/política. Por isso, são denominados por Mészáros como “as três dimensões fundamentais do sistema”. Essa determinação comum é que dá a qualidade de reciprocidade entre eles. Para o referido autor, o “capital não é nada sem o trabalho”, e o Estado existe para manter e reproduzir essa relação, sempre a favor da classe dominante. Por fim, entende-se que o elo explicativo da relação de reciprocidade dialética entre capital e Estado é o trabalho.

Nessa direção, no próximo item, discorreremos sobre a concepção de Estado em Mészáros, tendo em vista a importância da produção deste autor marxiano na contemporaneidade. Pretendemos abordar as problemáticas advindas da separação entre *produção e controle*, suas consequências, e, sobretudo, as funções, atuação e

limites do Estado diante do sistema metabólico do capital. István Mészáros, filósofo húngaro, denomina o sistema capitalista como o sistema metabólico de controle do capital, composto por estruturas complementares e essenciais entre as quais o Estado moderno se ergue simultaneamente às unidades socioeconômicas. De acordo com esse autor, a operação da dominação econômica do capital sobre o trabalho tem cada vez mais solicitado o fornecimento das “garantias políticas” do Estado com o fim de “proteger e assegurar a realização produtiva do sistema”. O que se reafirma nos dias atuais, com a crise estrutural, a ajuda externa do Estado é ainda mais vital. Essa crise econômica é chamada por Mészáros (2009) de *crise estrutural*, devido à sua abrangência, duração e profundidade, diferenciando-a da crise cíclica de 1929

O ESTADO MODERNO NA VISÃO DE ISTVÁN MÉSZÁROS: GARANTE DA EXPANSÃO E EXTRAÇÃO DO TRABALHO EXCEDENTE

Neste momento do nosso texto, mostraremos, a partir do estudo das obras de Paniago (2012), intitulada “*Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital*”, e de Andrade (2012), denominada “*Marx, Mészáros e o Estado*”, alguns elementos sobre as determinações essenciais do Estado moderno e sua íntima interconexão com o capital e o trabalho. Logo de início, a autora nos alerta para o fato de que entre as várias teorizações sobre o Estado há uma vertente que é rejeitada a princípio por Mészáros: “a vertente que considera o Estado como o espaço e a mediação para a solução das dificuldades e contradições inerentes ao sistema do capital, e, portanto, como o agente da ‘reconciliação’” (Mészáros apud Paniago 2012: 76). Para Mészáros, a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Assim, o Estado se configura, enquanto participante do sistema metabólico do capital, como a estrutura de comando político do capital, que não é inferior ou independente da estrutura econômica deste sistema e sim complementar. A esse respeito, Mészáros caracteriza a “estrutura de comando político” do capital da seguinte forma,

“O inter-relacionamento desenvolvido entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado se caracteriza pela categoria da simultaneidade [...]. Da mesma forma, em relação à questão das “determinações”, só se pode falar adequadamente de co-determinações [...] em termos do “em conjunção a” sempre que se desejar tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emerge da reciprocidade dialética entre estrutura de comando político e a socioeconômica” (Mészáros apud paniago, 2012: 85).

Na esteira do pensamento de Marx e Engels, Mészáros, demonstra que o Estado moderno, na sua função política, apenas pode declarar como formal e legalmente existentes aquelas demandas da sociedade que não se manifestam contrariamente à garantia da propriedade privada, à organização hierárquica da classe trabalhadora,

à livre compra e venda da força de trabalho, enfim, à acumulação privada da mais valia. A esse respeito, para que se realize a extração de mais valia, o capital necessita de uma coesão social. Ou seja, como a extração se dá por meio da exploração da força de trabalho, via trabalho assalariado, se faz necessário que todos concordem com esse modo de trabalhar e reproduzam a ideologia desse tipo de sociedade. O Estado moderno corporifica a necessária dimensão coesiva de “seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração de trabalho excedente” do sistema do capital. Isso é o que pode ser encontrado de comum em todas as formas de Estado. Nesse processo de alienação, o Estado tem papel importante. Como afirmamos anteriormente, nas “unidades reprodutivas económicas”, o que guia o Estado é a “a expansão e extração do trabalho excedente”, portanto, a sua ação incide na dimensão da coesão, justamente onde as unidades económicas falham, devido ao seu carácter “centrífugo” inalterável. O Estado moderno torna-se, pois, “absolutamente vital para a sustentabilidade material de todo o sistema” (Mészáros apud Paniago 2012: 83) e se constitui em pré-requisito para o desenvolvimento do sistema do capital, ao ser a única estrutura cabível para a administração dos antagonismos. O que comprova que o Estado não é apenas uma superestrutura, mas sim uma estrutura constitutiva do capital tão fundamental quanto às próprias estruturas económicas, pois ambas são complementares e inúteis ao imperativo da extração da mais valia, quando isoladas. Nas palavras de Mészáros, “o princípio estruturador do Estado Moderno, em todas as suas formas, inclusive as variedades pós-capitalistas, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais de extração de mais-valia do trabalho excedente (Mészáros apud Andrade, 2012:17). Nota-se, a partir daí, que a visão daquele está dirigida à apreensão da função do Estado moderno como garante do processo de extração do trabalho excedente, uma função essencialmente económico-social, tendo em vista a incapacidade do mercado de realizar a coesão necessária ao processo de produção e reprodução do sistema do capital. Em sua análise sobre a relação de reciprocidade dialética entre o Estado moderno e o capital, Paniago entende, a partir de Mészáros, que, não se pode pensar num Estado desembaraçado de seu papel vital, qual seja, o de assegurar e salvaguardar as condições globais da extração do trabalho excedente. O Estado e o capital são totalmente inconcebíveis em separado. O Estado moderno surge como um complemento às estruturas económicas do sistema do capital: como uma “totalizadora estrutura de comando político do capital” que tem como função primordial “assegurar e proteger numa base permanente as realizações produtivas do sistema”. Ele é “absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema” (2012: 81). Sendo assim, o Estado, para Mészáros, é “parte integrante da própria base material do capital”. O referido autor apresenta um diferencial na sua interpretação, ao conceber o Estado como estrutura de comando do sistema do capital, que ultrapassa a atuação associada às suas personificações. Essa particularidade do pensamento de Mészáros será exposta no próximo item ao tratar os aspectos da intervenção do Estado no sistema metabólico do capital.

OS ASPECTOS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SISTEMA METABÓLICO DO CAPITAL

Durante sua formação histórica, o capital necessitou de promover a separação da anterior unidade entre a *produção e controle*. Ademais, o próprio sistema gerou uma série de novas contradições inelimináveis. A partir de agora, mostraremos de forma mais incisiva como o Estado age nas principais contradições existentes nas esferas socioeconômicas. O Estado age como estrutura corretiva sobre os defeitos estruturais do sistema do capital, quais sejam: a separação entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*. A esse respeito, Mészáros diz que:

“Os ‘defeitos estruturais do capital’ sobre os quais o Estado moderno deve agir são: a separação entre produção e controle; a fragmentação entre produção e consumo; e a oposição entre produção e circulação. Em face desses ‘defeitos estruturais’, a função do Estado é ‘retificar’ a carência de unidade existente entre eles” (Mészáros apud Andrade, 2012: 21).

A partir desse entendimento, apresentaremos o papel ativo do Estado em relação aos três defeitos estruturais do sistema do capital, mencionados acima. É importante salientar que buscamos, em Paniago (2012) e Andrade (2012), subsídios para entender e interpretar a obra de Mészáros, acerca da intervenção corretiva do Estado que se dá nos limites do necessário aos interesses do sistema metabólico do capital. Sendo assim, o Estado atua nos aspectos que desenvolvemos de imediato

PRODUÇÃO E CONTROLE

Por meio do aparato legal, o capital estabelece uma igualdade formal, ilusória entre quem produz, os trabalhadores, e quem gere a produção, tornando possível que tal cisão, imprescindível ao modo de produção capitalista, ocorra de forma “harmônica”, como algo natural que não deve ser questionado. A esse respeito afirma o autor:

“[...] no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isso se deve a capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômico” (Mészáros apud Paniago, 2012: 87).

Ainda no plano da separação entre “produção e controle”, o Estado moderno, por “exigência absoluta do sistema do capital”, exerce a função de controlar a transferência dos meios de produção entre as gerações. Graças ao Estado, tal transferência é garantida de forma compulsória entre as gerações que personificam o capital sem perturbações ou questionamentos. Dessa forma, garante a perpetuação da “alienação do controle pelos produtores”. Outro aspecto interventivo do Estado, não menos importante, ainda nesse âmbito de “*produção e controle*” é, segundo destaca Andrade (2012), a sua atuação na inter-relação entre os “microsomos particulares”, ou seja, entre os detentores do capital. A ausência reguladora do Estado tornaria

impossível o desenvolvimento do sistema capitalista, visto que tais “microsomos” vivem em constantes conflitos, por interesses antagônicos particulares, que não levam em conta o interesse geral do sistema. Desse modo, enquanto estrutura de comando político do sistema metabólico do capital, o Estado moderno deve assegurar o desenvolvimento do capital como um todo em detrimento dos interesses particulares de suas personificações. Sobre isso, diz o autor:

“[...] esse tipo de intervenção corretiva ocorre de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais” (Mészáros apud Andrade 2012: 22).

PRODUÇÃO E CONSUMO

A sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, do modo de produção capitalista, torna a produção da sociedade concentrada apenas por si mesma, em outras palavras, a produção torna-se capaz de gerar cada vez mais sem, no entanto, seu desenvolvimento estar ligado às necessidades reais dos indivíduos, ou seja, a produção ocorre em função do lucro e não da necessidade. Marx (1985) discute ambos os valores, quando trata dos fatores da mercadoria. As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso. A forma do valor de uma mercadoria se contém em sua relação de valor ou de troca com outra mercadoria diferente. O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dá a última forma, mas também pela quantidade de trabalho contida em seus meios de produção. Nessa lógica, criam-se novas necessidades para suprir a demanda de lucros do capital, tal expansão, segundo Mészáros, aparentemente não tem limite “a não ser a quebra do motor que continua a gerá-lo em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva [...]” (Mészáros apud Paniago, 2012:90). Entretanto, ao mesmo tempo em que ocorre uma expansão, antes inimaginável, da capacidade produtiva, o acesso e a possibilidade de consumo são reduzidos a poucos. Fica explícita, então, até aqui, mais uma contradição do sistema capitalista, o desequilíbrio entre *produção e consumo*, haja vista que os produtores não têm acesso aos bens e grande parte da humanidade não usufrui o que é produzido, mesmo sendo a produção suficiente para atender a todos. Para manter tais relações, o Estado é chamado a intervir fornecendo-lhe legitimidade, sob o mascaramento da defesa da “soberania do consumidor” e da “competição saudável”. Verifica-se até ao momento que o Estado moderno é requisitado a cumprir “funções reguladoras”, sempre adequadas aos interesses e reprodução da ordem vigente. Mas também como consumidor de serviços que atendam a “necessidades reais do conjunto social”, onde lhe cabe a função de provedor, como educação, saúde, habitação e outros. O cargo de comprador exercido pelo Estado deve ser, para Mészáros, sempre “direto em escala crescente” e serve como atenuante frente aos problemas gerados da fragmentação entre *produção e consumo*, junto à classe operária. Nessa direção, o autor destaca:

“Reconhecidamente, a intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado não podem produzir uma unidade genuína neste plano, porque a separação e a oposição de produção e consumo, com a radical alienação do controle dos produtores, pertencem às determinações estruturais mais internas do próprio sistema do capital, e constituem portanto requisito indispensável para sua reprodução constante. Não obstante, esta ação corretiva empreendida pelo Estado é de suma importância. Os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as estruturas políticas e de comando de seu modo de controle sustentam-se reciprocamente [...]” (Mészáros apud Andrade 2012: 22).

Conclui-se que o Estado é imprescindível para o controle sociometabólico do capital, exercendo uma função essencial na sua reprodução, inclusive nesse âmbito da produção e consumo. Entretanto, sua ação é limitada pelas contradições geradas pelo próprio sistema, necessárias consequências do desenvolvimento capitalista em seu processo de expansão. .

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO

Nesse terceiro defeito estrutural, Mészáros aponta a busca de uma unidade entre as “estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital”, como sendo talvez a mais importante e contraditória função a ser cumprida pelo Estado. A primeira questão a ser explicitada pelo autor é o fato de que as estruturas corretivas de comando político do sistema do capital se organizem em Estados nacionais. Embora sua ação deva ser global, por exigência do próprio sistema, o que torna “inconcebível” que os Estados se confinem aos limites nacionais. Frente a esta contradição, se institui um “sistema de duplo padrão”, isso significa, uma atuação distinta do Estado nos países centrais e nos países periféricos. Nas palavras do autor, de imediato:

“a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essas contradições é com a instituição de um sistema de ‘duplo padrão’: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração” (Mészáros apud Andrade 2012: 23).

Nesse contexto, essa possibilidade é definida pelo nível de expansão do capital, que poderá ou não permitir uma menor exploração dos trabalhadores do primeiro grupo em virtude da super exploração do restante dos trabalhadores. Nos últimos anos, o que se nota, em virtude da crise estrutural do capital, é uma “equalização no índice diferencial de exploração”. Essa crise é denominada por Mészáros de “espiral para baixo”, que também vem afetando o Estado por meio de um “crescente autoritarismo”. Isso se deve ao fato de que, mesmo mantendo certa autonomia por ser parte da estrutura de um sistema, o Estado tem que se modificar e se configurar de modo a tornar-se o mais adequado à expansão do capital, ou seja, sua autonomia é relativa, tendo como limite os interesses do próprio sistema. Evidenciamos, portanto, que não há como eliminar as contradições entre os capitais, pois estes mantêm interesses antagônicos inconciliáveis. O próprio sistema metabólico do capital se estrutura de

maneira a fragmentar suas unidades políticas e económicas. Enquanto esse aspecto da *produção e circulação* constituir a mais importante função do Estado, será também a mais contraditória posto que articula os conflitos na ação estatal que precisa ser global, mas lida com a impossibilidade real de eliminar os Estados nacionais e, portanto, atuar de forma homogênea no processo de reprodução...Em suma, fica explícito que, em Mészáros, a função do Estado se remete aos conflitos oriundos da base económica do sistema do capital.

Ao longo dessa discussão, realçamos que a íntima inter-relação entre o Estado moderno e o capital é a da complementação, ou seja, o papel remediador do Estado age diretamente na tríplice contradição entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*. Demonstramos ao longo do texto que a função do Estado moderno está firmemente orientada para a extração do trabalho excedente, tendo em vista que há uma relação de reciprocidade dialética entre o Estado moderno e o capital, na medida em que um não poderia existir sem a presença do outro. Discutiremos no próximo item que apesar de o Estado ampliar ou restringir suas funções conforme a necessidade de expansão do capital, o mesmo nunca perde sua essência e seu caráter de protetor da propriedade privada, mantenedor e reproduzidor da exploração do trabalho pelo capital.

O ESTADO É SEMPRE UM MECANISMO DE CONTROLE E DE EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO: DO TAYLORISMO/FORDISMO AO TOYOTISMO

Existe um consenso entre os teóricos ao concordarem que as mudanças gerenciais e técnicas da estrutura produtiva capitalista estão provocando transformações profundas da produção e reprodução social no mundo contemporâneo. Entretanto, nota-se que, desde 1980, vêm-se constituindo dois grandes grupos de teóricos, os quais desenvolveram teses diferentes para explicar de que forma estão ocorrendo estas transformações. A primeira concepção se caracteriza pela afirmação de que entre o toyotismo e o fordismo haveria uma ruptura de grandes proporções, que levaria à abolição da separação entre o trabalho manual e o intelectual, e entre o trabalho produtivo e o improdutivo. Para Marx, o trabalho intelectual é aquele que no capitalismo se opõe como “inimigo” ao trabalho manual. Ele tem a função de controle do trabalho manual. De acordo com Lessa (2007), para Marx a diferença entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo seria que o primeiro não produz mais-valia, enquanto que o último produz. A segunda concepção se caracteriza pelo reconhecimento de que entre o fordismo e toyotismo há mais traços de continuidade do que de rupturas. Neste trabalho, não nos deteremos a essa polémica, e sim, ao fato que se evidencia, na atualidade, da convivência desigual entre as formas avançadas, aqui entenda-se o modelo toyotista, e as formas atrasadas na organização da produção capitalista, expressa pelo taylorismo/fordismo. Estas duas formas de controle e exploração do capital sobre o trabalho estão presentes na contemporaneidade e não alteram em

nada a estrutura da sociedade capitalista, pelo contrário, auxiliam na reprodução e manutenção dessa sociedade injusta, contraditória e desigual. A centralidade da nossa análise é justamente nas formas que o Estado vem assumindo, ora mais rígida, autoritária e repressiva, ora mais democrática, igualitária e consensual, a fim de atender tão somente a necessidade de acumulação do capital. Nosso objetivo é demonstrar como o Estado através das suas múltiplas facetas auxilia no controle do capital sobre o trabalho, atentando para as diferentes formas de organização de trabalho dentro da sociabilidade capitalista.

Após um longo período de acumulação de capitais, ocorrido durante o apogeu do fordismo e do keynesianismo, a partir da década de 1970, esse processo começou a dar sinais de esgotamento. Seus traços mais evidentes são apontados por Antunes (1999), tais como: a queda da taxa de lucro, dado pelo aumento do preço da força de trabalho e pela intensificação das lutas sociais dos anos sessenta, que objetivavam o controle da produção e a conseqüente redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; o segundo traço foi o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; o terceiro, a hipertrofia da esfera financeira, que passou a ganhar relativa autonomia frente aos capitais produtivos, colocando o capital financeiro como um campo para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; o quarto, a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; o quinto, a crise do *Welfare State* ou *Estado de bem-estar social* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e, por último, o incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Como se pode observar, durante a década de 1970, o capitalismo apresentou um quadro crítico na economia, o que implicou mudanças de toda ordem no mundo do trabalho. É válido frisar também que esse quadro já se configurava desde a década de 30 do Século XX. No entanto, foi nos anos 70 com a decadência do padrão fordista de acumulação que se acentuou a crise estrutural do capital. Porém, para Mészáros (2009), a denominada crise do fordismo e do keynesianismo é uma expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, exprimindo um significado mais profundo, uma crise estrutural. O capitalismo, após vivenciar a era dos ciclos, adentra em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um contínuo depressivo. Diferente das crises anteriores, esta se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. Para Mészáros (2009), a crise econômica capitalista é uma crise na própria realização do valor. A tese central de sua análise desenvolvida é de que o sistema de capital não pode mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias como mecanismo que lhe é intrínseco. Outro componente vital da crise estrutural é dado pela corrosão do trabalho relativamente contratado

e regulamentado, que está sendo substituído por outras diversas formas de contrato de trabalho que oscilam entre a superexploração e a auto-exploração do trabalho, se direcionando a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Os mais afetados economicamente pela crise, os capitalistas, visando retomar o crescimento dos lucros, deram início a alternativas para conter a crise. Dentre elas, podemos dizer que a mais impactante foi a reestruturação da indústria, através do novo modelo de acumulação, o toyotismo, aliada à regulação do Estado, através do neoliberalismo. A linha rígida de produção implantada pelo fordismo cedeu lugar à produção flexibilizada, que visava responder as necessidades individualizadas do consumidor, estimulava o trabalho em equipa, buscava o aproveitamento integral do tempo de produção, estimulava o controle de qualidade entre os operários, apostava no emprego vitalício e no aumento de salário para ampliar a produtividade e que, através da produção horizontalizada, abriu espaço para precarização e terceirização da força de trabalho e destruição do sindicalismo. Nessa direção, o toyotismo se caracterizou pela racionalização do processo produtivo, dotada de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivas. As atividades realizadas anteriormente pela gerência científica passaram a ser interiorizadas na própria ação dos trabalhadores, através do trabalho em equipa, da transferência de responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção. A intensificação da exploração do trabalho se amplia pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, como também pelo ritmo e pela velocidade da cadeia produtiva. Dessa forma, Krishan Kumar, em sua obra *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, afirma que “o toyotismo abre mais um espaço para um patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia” (2006: 56). A esse respeito, acrescenta o autor que com a evolução tecnológica cada vez mais o desenvolvimento das forças produtivas está barateando os custos da mercadoria e ampliando a geração de mais-valia, ou seja, a tecnologia amplia a produção de mais-valia. Especificamente, no terceiro capítulo, denominado *O Fordismo e Pós-Fordismo*, Kumar analisa que, em meio ao processo de mudanças na esfera produtiva, vêm sendo expostas ideias de uma revolução pós-fordista, que afirma ter havido uma ruptura do atual modelo de produção toyotista com o modelo anterior, o taylorismo/fordismo. Entretanto, o referido autor argumenta, a partir de análises sobre os estudos de Kevin Robins e Franak Webster, a continuidade das práticas taylorista no modelo de produção toyotista. Nas palavras do autor:

“Além disso, a administração japonesa conseguiu, sem romper seu compromisso com a produção de massa, resolver problemas associados à organização taylorista do trabalho, utilizando esquemas bem conhecidos como envolver o trabalhador em círculos de qualidade e adotar, de modo geral, atitudes paternalistas não só com seus próprios empregados, mas com os fornecedores regulares”. (Kumar 2006: 102).

Kumar nos alerta para o fato de que, se não houve uma revolução fordista, mais suspeita ainda seria a ideia de uma revolução pós-fordista. Porém, não nega as mudanças, que ocorreram na década de 1920, a implantação da linha de montagem e a aplicação dos métodos tayloristas nos vários ramos da indústria, assim como as mudanças que ocorreram nas décadas de 1970-1980: o movimento em direção aos produtos sob medida; a fragmentação da força de trabalho e a desintegração das empresas e descentralização da produção, a tal produção verticalizada. Embora, esse conjunto de mudanças seja importante, não assinalam um rompimento fundamental na ordem do industrialismo capitalista. Para o autor, “tudo isso pode ser interpretado como manifestações do dinamismo tecnológico e de inovação revolucionárias constantes na produção, que eram inerentes, desde o início, à Revolução Industrial” (Kumar 2006: 103).

A reestruturação industrial deu-se baseada na competitividade com o mercado mundial, adequando as indústrias à flexibilização da produção. Estas, que já não eram mais verticalizadas, se automatizaram, descentralizaram, aderiram à terceirização, enfim, tudo o que foi necessário para a manutenção da extração dos lucros e expropriação do trabalho. De certo, a classe trabalhadora foi a mais atingida com a crise e a reestruturação, pois estas tornaram-na cada vez mais fragilizada e fragmentada. Assim, a crise do capital suscitou “novas formas de produção e consumo”, de maneira que “se impôs uma nova articulação entre o Estado e a produção.” (Lessa 2007: 318). Lessa afirma também que as “novas condições económicas” promoveram o surgimento de “um novo Estado”: “o neoliberal”. Com o advento do neoliberalismo, o Estado absorve amplamente os ditames burgueses e reduz bruscamente as conquistas trabalhistas, resultantes das mobilizações durante o fordismo. Dessa forma, a resposta do capitalismo à sua crise se dá apenas na aparência, ou seja, sem se questionar a base da produção material. Noutras palavras, as mudanças foram no âmbito do padrão de acumulação, ou seja, apenas na forma de organização do trabalho que passou do binômio taylorista/fordista para o toyotista, preservando, assim, a base da produção, isto é, permaneceu a exploração do trabalho do homem pelo homem, o que caracteriza o modo de produção capitalista. Ainda sobre o padrão toyotista, podemos dizer que a sua característica mais importante foi a “exploração predatória da força de trabalho”, ou seja, o trabalhador era mais e mais explorado e menos recompensado. À medida que a produção aumentava com a intensificação do ritmo de trabalho e a ampliação das horas-extras, o salário do trabalhador estancava. Para mantê-lo nessa situação, o empresariado recorria a medidas de controle repressivo às suas ações e aos seus órgãos representativos, sendo o Estado, sua maior representação. De acordo com Lessa (2007: 283), nesse período, o movimento operário enfraqueceu e conseqüentemente às revoluções socialistas os operários passaram a ser encarados também como consumidores. Assim, investiu-se em meios de comunicação em massa para fomentar a propaganda. Todavia, para que produção fosse acessível aos trabalhadores, era necessário ampliar os salários, reduzir a

jornada de trabalho, aumentar as férias, enfim, tudo que possibilitasse o consumo e a disponibilidade de tempo para assistir à propaganda. Dessa forma, emergem os sindicatos, com dimensões diferentes em cada região, alguns inclusive seguiam os ditames do capital domesticando a força de trabalho à medida que desregulavam os direitos trabalhistas. Os sindicatos domesticados passaram a fiscalizar os operários, isentando o Estado dessa responsabilidade. Para finalizar o círculo de controle da classe operária foram desenvolvidas políticas públicas que visavam o consumo e evitavam a crise setorial. “Os sucessos no curto prazo destas medidas económicas, sindicais e políticas foram consideráveis.” Em seguida, surgiram as transnacionais como fonte de financiamento e se espalharam no Terceiro Mundo em busca de mão-de-obra barata, e impuseram ditaduras para adaptá-las aos seus moldes. Assim, concretiza-se a transição do Estado de Bem-Estar para o neoliberalismo. Segundo Lessa:

“Quando as necessidades da reprodução do capital se alteraram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado. Transitou-se, sem solução de continuidade, do Estado de Bem-Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permanece o mesmo, não se alterou em nada a sua função social. O que mudou foram as necessidades para a reprodução do capital” (Lessa 2007: 285).

Ainda de acordo com Lessa (2007: 319), “o Estado Mínimo Neoliberal”, ao substituir o Estado de Bem-Estar, não se desfez de suas finalidades, já que este também era produto do capital, mantendo a extração da mais-valia como cerne da sua intervenção. Como reafirma o autor, “seu conteúdo de classe permanece fundamentalmente o mesmo, sua função social não se alterou: do Estado de Bem-Estar ao Estado Mínimo neoliberal há uma evolução correspondente às novas condições impostas pela crise à reprodução do capital em escala mundial” (Lessa 2007: 290). Lessa conclui que “a combinação e articulação das características dos dois modelos de produção parece ter sido a regra, mais do que a exceção, da ‘reestruturação produtiva’ em todo mundo” (Lessa 2007: 307). Como também a possibilidade de fusão de elementos do taylorismo com a produção flexível estava parcialmente dada pelas novas necessidades e possibilidades de extração de mais-valia geradas com esgotamento do fordismo e do Estado de Bem-Estar. Com o movimento operário desarmado pelo estalinismo e pela social-democracia, possibilitou-se a fixação do neoliberalismo. Contribuíram para isso os sindicatos que se integraram na economia burguesa, fechando-se os espaços para as lutas sindicais (Lessa 2007: 286). As greves por melhores condições de trabalho repercutiam na precarização do trabalho por parte das empresas que não cediam e substituíam os trabalhadores por outros que aceitavam as novas condições precarizadas de trabalho. Conseqüentemente houve a exclusão de jovens e velhos do mercado de trabalho levando ao aumento do trabalho informal e do exército industrial de reserva. Amplia-se também o trabalho infantil. Enfim, todas as repercussões da reestruturação produtiva voltaram-se negativamente para os trabalhadores, no que diz respeito às condições de trabalho e aos direitos trabalhistas. O Estado neoliberal implementou uma política repressiva e controladora, sendo o trabalhador apenas

uma peça do seu processo de solidificação e aquisição de lucros. Nas palavras de Lessa:

“Portanto, e concluindo, por todos os indícios existentes, o Estado de Bem-Estar não foi a expressão de uma nova configuração das classes sociais e nem de uma outra função social do Estado. Dadas as peculiaridades históricas do pós-guerra, as necessidades inerentes à reprodução do capital exigiram a conjunção do binômio Estado de Bem-Estar nos países imperialistas e ditaduras e regimes autoritários no Terceiro Mundo; exigiram o renascimento da tortura e a intensificação da repressão ao sindicalismo revolucionário; exigiram uma série de guerras imperialistas e o incrível desperdício que é o arsenal nuclear. E o aumento da massa salarial ocorreu na medida e na proporção exatas para a maior lucratividade do capital naquelas circunstâncias. O Estado de Bem-Estar, longe de significar uma democratização do Estado e uma maior participação da sociedade civil em sua direção política, representou uma intensificação inédita das alienações que brotam do capital, com tudo o que tem de destrutivo. Não nos parece concebível, portanto, utilizar o Estado de Bem-Estar como um argumento empírico a favor das inúmeras teses que apregoam ter ocorrido uma alteração essencial do capitalismo, no Estado burguês e nas classes sociais no pós-guerra. (Lessa 2007: 291).

Nesse contexto, João Bernardo (2004) acrescenta ainda que o toyotismo foi um dos grandes agentes da reorganização neoliberal no capitalismo, e que através da exploração sistemática da componente intelectual do trabalho, as indústrias norte-americanas conseguiram aumentar o nível de produtividade que estava até então a sofrer com os efeitos de um persistente declínio. Ainda sobre a intrínseca relação entre o modelo toyotista e o Estado neoliberal, Antunes (1999) esclarece que a vigência do neoliberalismo, ou de políticas sob sua influência, propiciou condições em grande medida favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no Ocidente. Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideológico – político neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a pragmática neoliberal, não foi difícil perceber que desde fins dos anos 70 e início dos anos 80, o mundo capitalista ocidental começou a desenvolver técnicas similares ao toyotismo. Nessa direção, a forma de organização e gestão do trabalho, especificamente, na França e no Japão, as indústrias já estavam altamente automatizadas, com pouquíssimo trabalho manual e com a polivalência dos operários, os quais realizam principalmente atividades de controle de produção. Esse fator caracterizava na época a ausência de intervenção estatal no incentivo ao desenvolvimento, já que os próprios trabalhadores auxiliavam no controle da organização do trabalho, pois impunha repressão e disciplina. Aprofundando a inserção da tecnologia nas fábricas, arrefrigava-se a intensificação da expropriação do trabalho humano afastando gradativamente os operários dos meios de produção, os quais direcionavam sua jornada de trabalho, sua força e inteligência para as máquinas. A tecnologia intensifica a exploração e o controle da classe trabalhadora, além de aumentar a apropriação do tempo de trabalho da mesma. O desenvolvimento tecnológico orientou-se para a reprodução das relações capitalistas de produção, as quais determinam a reprodução do modo de produção. Com a evolução tecnológica, cada vez mais, o desenvolvimento das forças produtivas está barateando os custos da mercadoria e ampliando a geração

de mais-valia, ou seja, a tecnologia amplia a produção de mais-valia. Por sua vez, “o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia.” (Kumar 2006: 56). A introdução da tecnologia nas fábricas implementou mudanças nas relações de trabalho, nas condições e nas garantias fundamentais dos trabalhadores. O maior impacto para a classe foi o desemprego estrutural, a substituição dos trabalhadores por máquinas. Mas essa inserção não ocasionou apenas isto, ela também ampliou a jornada de trabalho, a realização de horas-extras, a polivalência, a insegurança, a subordinação, os baixos salários, a desqualificação, etc. Esta realidade despertou lhes a necessidade de reivindicação, de organização e de luta. Kumar apresenta um estudo do desenvolvimento da tecnologia no processo produtivo a partir do incremento da informação. Assim, ele denomina esse desenvolvimento baseado na informação como “sociedade pós-industrial”. Desse modo, a partir da leitura de sua obra, entende-se que a tecnologia da informação tornou-se um ótimo negócio para a economia capitalista, visto que intensifica a produção, amplia a exploração do trabalho dentro e fora da empresa, aumenta a desigualdade social e a distinção entre as classes. De tal maneira, até o “conhecimento e a informação”, anteriormente acessíveis a todos, “tornam-se agora privatizados, foram transformados em mercadorias, expropriados para venda e lucro.” Isso quer dizer que podem alterar-se os meios de produção, mas mantêm-se “os objetivos e finalidades supremos das sociedades industriais capitalistas”. (Kumar 2006: 71).

O autor supracitado ainda apresenta uma contradição que deriva dessas transformações no mundo do trabalho à medida que houve um aumento da “liberdade” e da “criatividade”, por outro lado ocorre uma variedade de exploração da força de trabalho e de privação de liberdade. Segundo o autor, houve na década de 80 um grande debate acerca do “impacto da tecnologia da informação sobre o emprego”, pois muitos teóricos acreditavam na desqualificação e no conseqüente desemprego e outros defendiam que o mercado se abria a novos cargos com a extinção dos de rotina. Sobre a criação de empregos, Kumar fala na “realocação” e no “retreinamento” dos empregados, decorrentes do crescimento da demanda e do surgimento de serviços (Kumar 2006: 63). Mas a maior preocupação desses teóricos é a crescente busca dos trabalhadores pela qualificação, muitas vezes para executar a mesma atividade de antes, porém, agora solicita “altos níveis de perícia técnica e conhecimento teórico” (Kumar 2006: 64). Para Kumar:

“Na medida em que o taylorismo continua a ser o princípio dominante, a tecnologia da informação possui maior potencial de proletarizar do que de profissionalizar o trabalhador. Esse processo pode ser disfarçado com grande eficiência por estatísticas ocupacionais que sugerem uma força de trabalho mais culta e treinada” (Kumar 2006: 64).

Além do processo de estranhamento do seu produto, o trabalhador também sofre com a desqualificação provocada pelas constantes transformações tecnológicas. Assim, as máquinas passam a controlar a produção, os trabalhadores e aqueles que

os controlavam antes delas. Com a desqualificação, amplia-se a racionalização dos empregos e a revolta dos trabalhadores, tudo resultado da intensificação da automatização. A redução dos postos de trabalho em detrimento da aquisição de máquinas e a baixa produtividade, reflexo da resistência dos operários, não foram por si só suficientes para causar transtornos no sistema industrial. Todavia, o desemprego estrutural, resultado da reestruturação produtiva, provocou transtornos irreparáveis nas vidas dos trabalhadores. A fila do desemprego aumentava a proporção da automatização e conseqüentemente ocorriam tragédias e confrontos policiais. Os que ainda mantinham seu emprego estavam sob o olhar e o comando controlador do capital, quanto mais se dava mais ele explorava. As organizações da classe eram constantemente reprimidas e desmobilizadas, chegando em alguns casos a absorver a lógica do capital e a reproduzi-la para os trabalhadores. As que sobreviveram à repressão alcançaram conquistas inestimáveis que permanecem até à contemporaneidade. Conclui-se que com a inserção da microeletrônica na inovação tecnológica das indústrias ampliaram-se as formas de “uso e controle da força de trabalho”. Estas formas desenvolveram-se progressivamente de maneira que os trabalhadores subordinavam-se cada vez mais à medida que o capital extraia seu trabalho. Nesse sentido, efetiva-se cada vez mais a dinâmica do processo produtivo capitalista, no qual a obtenção de lucros com o menor custo possível é o objetivo maior. De acordo com os estudos de Kumar, esse momento denominado de pós-fordismo em nada se desviou das finalidades do capitalismo, pois seu contexto demonstra a busca intensa pela acumulação e a consolidação desse modo de produção. “Os imperativos do lucro, poder e controle parecem ser tão predominantes hoje como sempre foram na história do industrialismo capitalista” (Kumar 2006: 191). Este autor acrescenta que os maiores impactos da tecnologia da informação ocorreram no lazer e no consumo dos trabalhadores. As pessoas foram gradativamente induzidas a trocar o lazer externo como cinemas, parques, restaurantes, por atividades de entretenimento nas suas próprias casas, seja através da televisão, do computador, de enlatados e congelados. Até mesmo os seus utensílios domésticos passaram a ser adquiridos via telefone. Este incentivo ao lar está levando algumas pessoas a desenvolver suas atividades em suas próprias casas, sem necessitar se deslocarem à empresa. É importante frisar que esta é mais uma forma de as instituições se isentarem dos direitos trabalhistas, já que o empregado não está sob seu teto, e é também mais uma saída ao desemprego estrutural, transformar a casa em microempresas sob a perspectiva de tornar-se patrão.

Por tudo que já foi exposto, se torna imprescindível discutir no último momento desse artigo a intrínseca relação do Estado com a Burguesia e a necessidade do fim do Estado, da propriedade privada, do antagonismo de classes e da exploração do trabalho pelo capital. Discutiremos que para a instauração de uma nova ordem societária, mais justa, igualitária e humanitária, é preciso haver uma ruptura na base

material, ou seja, uma mudança radical nas relações de produção, o que acarretaria o fim do Estado Burguês.

A INTRÍNSECA RELAÇÃO DO ESTADO COM A BURGUESIA

Em sua obra intitulada, *O Estado na Sociedade Capitalista* (1972), Ralph Miliband traz grandes contribuições acerca da temática do Estado na sociedade contemporânea. Este pensador socialista belga, coerente com a proposta de construção crítica do marxismo, manteve, no final da década de 60, um estimulante debate com Nicos Poulantzas acerca da natureza de classe do Estado capitalista. Em sua obra *The state in capitalist society* (1969), a partir de um estudo sistemático e documentado da natureza do poder de classe nas democracias representativas, contesta as ideologias burguesas que preconizam a neutralidade do Estado. Sua vida, obra e prática política foram marcadas pela discussão e defesa incessantes do socialismo. Deter-nos-emos apenas em um elemento essencial no aprofundamento do tema, a natureza de classe do Estado capitalista. Miliband apreende as diferentes dimensões do Estado, sua autonomia e dependência, mecanismo de legitimação e configuração das classes dominantes. É imprescindível destacar que as análises do sociólogo Ralph Miliband são direcionadas aos países com capitalismo desenvolvido, contudo são de extrema importância para o entendimento da sociedade capitalista como um todo. Nesse sentido, para o referido autor, o Estado sempre foi um instrumento especial de repressão a serviço das classes dominantes. Na maioria dos países capitalistas, este aparelho coercitivo constitui um amplo, espreado e poderoso organismo, cujos líderes profissionais são homens de status elevado e de grande influência. Os donos do poder são os agentes do poder econômico privado e por isso mesmo formam a classe dominante. Nota-se ao longo de toda a exposição de Miliband que o mesmo defende arremetidamente que os membros das elites do Estado provêm em sua grande maioria das classes altas e médias. A classe trabalhadora ou a classe média inferior não raro conseguem galgar postos de gabinete nos países de capitalismo avançado. Nas palavras do autor, “em termos de classes, a política nacional continua sendo uma ‘atividade’ na qual as classes inferiores têm desempenhado um papel secundário.” (Miliband, 1972: 53). A intervenção estatal na vida econômica e a influência econômica nas políticas estatais reportam a ideia de que o mundo da administração e o mundo da grande empresa estão cada vez mais entrelaçados. Como mostra Miliband, os homens de negócios estão, cada vez mais, em alguma parte do sistema estatal, seja em níveis políticos ou administrativos (Miliband, 1972: 154). É por isso que a construção dos projetos que são de interesse de uma classe dominante são ditos de ‘interesse nacional’, enquanto os interesses das classes trabalhadoras aparecem como interesses ‘setoriais’, que podem ser prejudiciais à vida econômica, ou seja ao ‘*interesse nacional*’ (Miliband, 1972: 197-198). Miliband discute como se constrói essa ideia de ‘*interesse nacional*’ como forma de legitimar os interesses na burguesia. A classe dominante é a mesma, de certa

forma, da classe dirigente, pois ambas dividem os mesmos valores ideológicos da burguesia. Desse modo, para Miliband, o que torna o Estado burguês diferente dos demais Estados de outras sociabilidades anteriores é que ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. O Estado é, portanto, responsável pela reprodução da desigualdade entre o burguês e o operário, e também pela ilusão de que, através do voto, ao eleger os políticos, a maioria da população estaria governando o país. Portanto, para o referido autor, o Estado capitalista afirma a igualdade política, formal e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. Assim, o Estado burguês, por mais democrático que seja, será sempre um instrumento especial de repressão contra os trabalhadores. Por isso, entende-se que essa suposta igualdade política e jurídica nada mais é do que a afirmação das desigualdades sociais. Em síntese, o Estado é uma organização política que garante a liberdade para o capital explorar a força de trabalho, através da apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Sobre os processos de legitimação, Miliband afirma que, os *partidos políticos, a educação, os meios de comunicação de massa, etc.*, são utilizados como mecanismos de reprodução do pensamento conservador, isso se daria, pois no interior dessas organizações. Geralmente, estão na gerência ou membros da burguesia ou dos governos, ou seja, segmentos conservadores, sendo assim, suas ideologias influenciam fortemente os conteúdos e propostas dessas organizações. Nas palavras do autor,

“Isso porque toda a estrutura de dominação econômica e política que foi aqui analisada depende, nos regimes políticos de tipo ocidental, do apoio ou ao menos da aquiescência daqueles que estão sujeitos a elas. As classes subordinadas dentro de tais regimes bem como as classes ‘intermediárias’ devem ser persuadidas a aceitar a ordem social existente e a restringir suas reivindicações e aspirações aos seus limites. Para a classe dominante não pode existir nada mais importante nem que exija uma ação mais vigorosa, em bases contínuas, uma vez que a batalha jamais é vencida definitivamente dentro na natureza de um sistema de dominação.” (Miliband, 1972: 217).

É nessa direção que, todas as vezes que os conflitos ameaçam a burguesia, o Estado intervém para garantir o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores. O Estado burguês é, por sua vez, o comitê executivo da burguesia, o garante na manutenção da ordem capitalista. Assim, quando for mais fácil à burguesia dominar os trabalhadores, por meio da “igualdade democrática” entre todos, o Estado assumirá a forma democrática. No entanto, quando a luta dos explorados torna mais difícil a manutenção do capitalismo, então o Estado assumirá a sua real face de repressor a favor das classes dominantes. Sobre a relação entre a classe burguesa e o Estado, Miliband afirma ser uma *relação objetiva*. Isto significa que, nas palavras do autor, “se a *função* do Estado em uma determinada formação social *coincide* com os interesses da classe dominante, isto se dá devido ao próprio sistema” (Miliband, 1972: 73). E acrescenta, acerca dos membros do aparelho do Estado, que estes “funcionam de acordo com uma unidade interna específica. Sua origem de classe — *situação*

de classe — retrocede historicamente em relação ao elemento que os unifica — sua *posição de classe*; isto é, o fato de pertencerem precisamente ao aparelho do Estado e terem como função *objetiva* a realização do papel do Estado. A totalidade desse papel coincide com os interesses da classe dominante.” (Miliband, 1972: 73-4). Desse modo, o autor reconhece as “relações objetivas” que afetam e condicionam o papel do Estado. Na verdade, muitas vezes, o mesmo chama a atenção para o fato de o governo e a burocracia, independente da sua origem social, situação de classe e até mesmo disposições ideológicas, estarem sujeitos às restrições estruturais do sistema. Para Miliband, “o Estado nessas sociedades de classe é principalmente e inevitavelmente o guardião e protetor dos interesses económicos que são dominantes nelas. Sua missão e objetivo real é garantir a continuação dessa predominância, e não evitá-la” (Miliband, 1972: 77). Este autor faz ainda análises do capitalismo contemporâneo, por exemplo, sobre o que chama de “o falso problema do gerencialismo”. A administração profissional é um falso problema, em um sentido, e não em outro. É um falso problema no sentido de que as “motivações” dos administradores não são suficientes para distinguir os mesmos, de modo nenhum, dos outros membros da classe capitalista; isto é, o autor concorda que a tese da “corporação emocional” é uma mistificação:

“A caracterização do sistema social existente como sistema capitalista não depende de modo nenhum das motivações da conduta dos administradores., para caracterizar a posição de classe dos administradores, não precisamos nos referir às motivações da sua conduta, apenas à posição que ocupam na produção e sua relação com a propriedade dos meios de produção”(Miliband, 1972: 71).

A questão das “motivações” aparece também, de modo mais significativo e mais abrangente em passagens em que este autor discute sobre a elite do Estado e a sua relação com a classe dominante e demonstra que não existe neutralidade dado o envolvimento dos membros desta classe nos assuntos do governo. Os homens nos postos de comando das várias partes do sistema do Estado são, por origem social, *status*, ligados à classe dominante. Miliband parte da definição base de Karl Marx, de que o Estado nada mais é que um comitê para dirigir os negócios comuns á burguesia, contudo, busca desenvolver esse pensamento, sem ossificar a dialética, e desenvolve sua análise buscando compreender o Estado na sociedade capitalista, em sua estrutura e nas imbricações com o social. Para Miliband, na sociedade capitalista, todos vivem á sombra do Estado. O compromisso com o capitalismo é cada vez maior. No capítulo introdutório do livro analisado, o autor faz uma discussão sobre as diferentes concepções de Estado, seja na visão marxiana como em concepções democrático-pluralistas para fazer uma análise sobre a natureza e o papel do Estado, sem, todavia, deixar de advertir sobre seus condicionamentos econômicos e sociais. O Estado desempenha um importante papel econômico, através do *planejamento*, simultaneamente, o Estado é o maior consumidor do setor privado, de acordo com Miliband, “o Estado tem uma importância vital para o capitalismo, sem afetar o mecanismo da empresa capitalista” (Miliband, 1972: 20). O Estado não

serve e nem poderia servir a burguesia sem manifestar uma situação conflituosa, já que o Estado é produto da relação inconciliável da contradição de classes. Nesse contexto, de acordo com Engels, o Estado seria um produto histórico de determinada etapa de desenvolvimento da sociedade, expressando contradições de classes não conciliáveis, diferentemente das concepções burguesas que entendem o Estado como conciliador e organizador da ordem na sociedade. O Estado, que se *apresenta* como representante dos interesses universais, seria um mediador desses conflitos. Nessa direção, segundo os autores Tonet e Nascimento, Marx vê na presença do Estado a intensificação da exploração entre os homens, da opressão e submissão entre as classes, visto que “ele é uma categoria cuja existência está, inextricavelmente, articulada com a sociedade de classes”. Em seguida os autores complementam:

“É porque a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas que se faz necessária a existência do poder político. Deste modo, uma sociedade onde inexistam classes sociais não necessitará de poder político, mas apenas da potência que possibilite a sua autoadministração. A isso Marx chama de “administração das contas” em contraposição à “administração dos homens”, típica das sociedades de classes” (Tonet e Nascimento 2009: 26).

Dessa forma, é impossível para o Estado, nascido das relações de produção, voltar-se contra elas e alterá-las significativamente, pois ele necessita do antagonismo imposto pela propriedade privada para sobreviver. O Estado é assim como “a ideologia, a religião, a ciência”, um meio utilizado pelo capital para reproduzir a sua ordem, mas ele por si só não consegue modificar a sua essência, somente a revolução proletária alcançará este feito. Para estes autores, o Estado é “expressão da alienação, da barbárie humana”, e mesmo regido pelos trabalhadores não deixaria de expressar os ditames do capital, pois “Sua natureza [...] é sempre de uma força de dominação do homem sobre o homem, em consequência, uma expressão da desumanização” (Tonet e Nascimento 2009: 27-8).

Em “*A propósito de ‘Glosas Críticas’*”, para Marx, o Estado moderno se sustenta da degradação da sociedade: ele carece da exploração, da escravização, do antagonismo. “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga [...] não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes”. Dessa forma, “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela”. Como ele não vai se autodestruir é necessário que alguém se encarregue disto: a classe trabalhadora (Tonet apud Marx 2010: 60-1). Marx e Engels deixam claro, no *Manifesto do partido comunista*, que é a propriedade privada o cerne de toda a contradição entre as classes, da exploração do homem pelo homem. A burguesia utiliza-se do seu poder político para intensificar a contradição entre capital e trabalho, tendo em vista que dissemina sua ideologia, a qual é absorvida pelo proletariado e refletida em produção de riquezas e na maior escravização do mesmo. Esta realidade só terá um

fim com a superação da propriedade privada pelos proletários, pois apenas esta classe detém esse poder revolucionário por ser contrária ao ideal capitalista de produção e consumo. Os autores explicitam essa ideia da seguinte maneira:

“Quando, no curso do desenvolvimento, as diferenças de classe tiverem desaparecido e toda a produção tiver sido concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público irá perder o seu caráter político. O poder político, propriamente chamado, é, meramente, o poder organizado de uma classe para oprimir outra. Se o proletariado se eleva necessariamente à condição de classe dominante em sua luta contra a burguesia e, na condição de classe dominante, tira de cena as antigas relações de produção, então com isso ele tira também de cena a condição para a existência da oposição entre as classes e para a própria existência destas classes. E acaba por abolir seu papel de classe dominante. No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (Marx; Engels 1998: 43-4).

Para Tonet, “o Estado é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classe”. Imbuído deste papel, o Estado não possui papel revolucionário, ou seja, “é impotente para alterar a sociedade civil”, já que sua função é reproduzir a sua contradição (Tonet 2010: 22). Assim sendo, a teoria marxiana fala de supressão do Estado, não simplesmente de passá-lo às mãos do proletariado, mas sim de sua total superação. Esta superação se dará destruindo a base do antagonismo da sociedade civil, as classes sociais, e assim o Estado definharia. Para Mészáros,

“as tentativas de derrubar um sistema reprodutivo social por meio da intervenção política, não importa em que níveis, nem sequer conseguem arranhar a superfície do problema, quando é a própria base sociometabólica do sistema do capital [...] que impõem o verdadeiro obstáculo para as transformações visadas” (Paniago apud Mészáros 2012: 99).

O fim do sistema capitalista significa o fim do Estado. Enquanto o Estado moderno sobreviver significará que ainda existem relações antagônicas, geradas pela divisão entre *produção e consumo*, e as ademais fragmentações, a serem reguladas por este. Em síntese, sob essa visão, o fim do Estado se articula ao fim do sistema do capital considerando a íntima articulação entre essas duas dimensões da produção e reprodução sociometabólica. Nesse sentido é impensável uma sociedade socialista regida por um Estado, já que este é fundado a partir da contradição das classes, e nela se sustenta. Ele naturalmente se vincula à classe dominante para reproduzir a sua lógica, para explorar e oprimir a classe dominada. Sobrevive, portanto, da opressão de uma classe por outra e nunca vai ser um instrumento que se coloca ao lado do proletariado. A classe operária precisa dominar os meios de produção e suprimir a exploração do homem pelo homem. O Estado burguês não é e não deve ser o seu alvo principal. A revolução proletária ao eclodir tenderá a destruir o capital, pois é dele que provém toda a contradição, toda a apropriação privada, toda expropriação do trabalho alheio. Como reafirmamos ao longo do texto, o fim deste sistema provocaria o fim do Estado. Mas do que nunca está clara a centralidade do trabalho no processo revolucionário, na transformação desta sociedade contraditória para uma sociedade

comunista. Devido a essa centralidade, destacamos inicialmente a categoria do trabalho, por sua complexidade e significação ontológica na vida dos indivíduos e, sobretudo no rumo da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as relações económicas constituem a base do ser social, o que significa dizer que a forma como os homens trabalham determina a organização de determinada sociedade. Verificamos a partir disso que o surgimento do Estado, bem como sua configuração, não fogem a esta relação fundante/fundado, sendo, ainda que relativamente autónomo, determinado pela economia. Durante a história da humanidade o Estado assumiu várias formas acompanhando os modos de produção. A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, o fordismo e toda a sua política económica e social começaram a dar sinais de esgotamento, dando início a uma crise económica de tais proporções que perdura até os dias atuais. Mészáros chamou a esta *Crise Estrutural*, marcada por um contínuo depressivo. Diferente das crises anteriores esta se mostra longa e duradoura, sistémica e estrutural. A reação do capital a esta crise económica, de acordo com a maioria dos teóricos, foi deflagrada pelo tripé: reestruturação produtiva; mundialização do capital; e neoliberalismo. Detemo-nos em analisar dentro desse complexo do processo de reestruturação produtiva, as múltiplas facetas do Estado, enquanto mecanismo de controle e dominação do capital sobre o trabalho. Desse modo, a partir de 1970, o capital para responder à sua crise desenvolve mudanças no âmbito da produção, com vistas à recuperação do seu ciclo produtivo, que foi marcada pela reorganização da produção do taylorismo/fordismo para o toyotismo, e também pela mudança ideopolítica que se desenvolveu no âmbito do Estado que alterou suas funções para atender às exigências do capital. Dentro desse contexto da reação burguesa à sua própria crise podemos identificar mecanismos do próprio capital para atender à sua necessidade primordial de expansão dos lucros, dentre eles, podemos citar: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, o ajuste neoliberal e o processo de financeirização. Todos esses mecanismos interferem na relação entre Estado e sociedade civil, estabelecendo assim um novo padrão para esta relação. O Estado moderno apresentou-se de várias maneiras nas diferentes fases do capitalismo. No entanto, em nenhum momento podemos demonstrar que o Estado perdeu a sua essência opressora, no sentido de garantir os interesses da classe dominante através da administração dos conflitos antagônicos entre as classes. Em suma, a dominação só pode existir com a opressão e é isso que está na gênese da estrutura estatal e o que a sustenta. Nessa direção, vimos que o Estado não surge na história para simplesmente administrar e organizar coisas, antes torna-se uma esfera necessária para assegurar o poder dos que têm propriedade privada, sobre os que não têm. A partir dos estudos de Andrade (2012) e Paniago (2012), apreendemos que o Estado

moderno, na sua essência, apresenta-se como uma mediação política, cuja função é a realização das prioridades do sistema do capital, e para tal finalidade tem que se adaptar a cada circunstância histórica, ou seja, encontrar os meios mais apropriados a cada fase específica do desenvolvimento capitalista, definindo diferentes conformações históricas, como descrevemos na transição do Estado de Bem-Estar ao Estado Neoliberal, ambos com a finalidade de atender aos interesses dominantes. A partir dos estudos de Miliband (1972), entende-se que em termos de origem social, cultural e situação de classe, os homens que ocupam todos os cargos de comando no sistema estatal são, em sua maioria e, em muitos casos, esmagadora, extraídos do mundo dos negócios e da propriedade, ou seja, são homens oriundos da classe burguesa. É importante salientar que numa época em que tanto se fala de democracia, igualdade, mobilidade social, nivelamento de classes, um fato permanece imutável na sociedade capitalista: o de que a maioria dos governantes são pessoas de classe económica e social superiores e bastantes distintas daqueles que governam. Nesse sentido, a defesa de um processo revolucionário, guiado pela estrutura de comando político do capital, se torna inviável pela própria essência dessa instituição, que ao assumir tal papel estaria traçando o caminho da sua extinção. Por tudo que já foi tratado aqui, acreditamos que a luta pelo fim do capitalismo deve ser por fora e contra o Estado. Como demonstramos ao longo do trabalho, a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária, ou seja, verdadeiramente emancipada, pressupõe o fim de todos os pilares que dão suporte à escravização, ou seja, à exploração do homem pelo homem, entre os quais se encontra o Estado. Em Mészáros, vimos ainda que a intervenção do Estado se tornou indispensável para o sistema do capital, quais sejam a fragmentação que ocorre entre produção e controle e os demais “defeitos estruturais do capital”, os quais, por mais que o Estado use todo seu aparato legal e opressor, não consegue superar. Vimos também, a partir dos estudos de Kumar (2006), que a crítica mais séria aos pós-fordistas é que eles confundem a própria natureza da revolução fordista, não conseguindo compreender que o que chamam de “a crise do fordismo” e sua transformação em formas pós-fordistas, na verdade, são partes de uma evolução contínua – ou melhor, partes da “revolução permanente” que é o fordismo. O fordismo não foi apenas uma nova tecnologia; foi a aplicação sistemática de novas técnicas sociais, bem como científicas no sentido técnico – de organização da produção em todas suas esferas, incluindo a regulamentação das relações entre administradores e trabalhadores. O fordismo tem-se apresentado sob diversas roupagens tecnológicas e organizacionais, o que foi denominado como “neofordismo” ou “pós-fordismo”. Em síntese, para Kumar esta chamada *sociedade de informação*, nada mais seria que uma aplicação ulterior do taylorismo, ou seja, ele defende a ideia de continuidade entre o fordismo e o toyotismo. Sendo o Estado a estrutura totalizadora de comando político desse sistema contraditório, ao mesmo tempo em que se tornou vital para o capital, não pode ter sua atuação além do que permite este sistema. Dessa maneira, por mais interventor que seja o Estado, o mesmo não é capaz de superar as contradições que

têm mergulhado o capital em sua crise estrutural. Constatamos dessa forma, a necessidade de uma luta que se coloque de fato radicalmente contrária ao capital, e isso significa contra a todas as suas instituições, inclusive o Estado. Faz-se ainda mais urgente com o avanço da ameaça de extinção da humanidade, a luta por uma sociedade emancipada, ou seja, o fim da exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Mariana Alves de (2012). *Marx, Mészáros e o Estado*. Maria Cristina Soares Paniago (organizadora), São Paulo: Instituto Lúkács.
- Antunes, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Bernardo, João. “O toyotismo: exploração e controle da força de trabalho”. In: *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo, Cortez, 2004.
- Lessa, Sergio (2007). *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez.
- Kumar, Krishan (2006). *Da sociedade pós – industrial à pós – moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Marx, Karl (1985a). *O Capital. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. & ENGELS, F. (1998). *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez.
- Mészáros, István (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Miliband, Ralph (1972). *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- Paniago, Maria Cristina (2012). *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo, Instituto Lukács.
- Tonet, I (2010). A propósito de “Glosas Críticas”. In: *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____; Nascimento (2009). *A. Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Editora Alfa-Omega LTDA.